ATA Nº. 07/2016 - Mandato 2013/2017

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA DEZ DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

Aos dez dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente, na sua primeira reunião a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia:-----

Ponto 1- Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 16 de Setembro e 25 de Outubro de 2016.-----

Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2017.-----

Ponto 3 - Apreciação e votação da proposta de Derrama para vigorar no ano de 2017.-----

Ponto 4 - Apreciação e votação da proposta de fixação da participação variável no IRS para os rendimentos do ano de 2017.-----

Ponto 5 - Apreciação e votação da proposta das Grandes Opções do Plano Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2017.-----

Ponto 6 - Apreciação e votação da Autorização Prévia e Autorização Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para ao ano de 2017.-----

Ponto 7 - Apreciação e votação para assinatura de protocolo entre o Município de Ílhavo e a EDP Distribuição SA, relativo ao novo anexo I, do contrato de concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão.-----

A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelo primeiro secretário, Carlos Sarabando e segunda secretaria Margarida São Marcos.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores Marcos Ré, Paulo Costa, Ana Bastos, António Pedro Martins e Beatriz Martins e José Vaz.-----

FALTAS:-----

Apresentou nos termos do artigo 7º. do Regimento, pedido de renúncia de mandato, o membro do PSD, Eduardo Conde Pinto, cujas razões se transcrevem “por razões do foro pessoal e dever para com os eleitores do nosso concelho”. Vai ser substitutivo por Carlos Ferreira.-----

Apresentou pedido de suspensão de mandato, a membro, Sofia Senos do PS, nos termos do nº. 3, da alínea d) do artigo 5º. do Regimento, durante 6 meses. Vai ser substituída por Hugo Lacerda.-----

Apresentaram pedido de justificação por motivo de ausência do município, nos termos do artigo 6º. do Regimento, os membros Hugo Rocha do CDS/PP, que foi substituído por Dina Ribau, Carla Lima do BE, que foi substituída por Kevin Tavares. Apresentou pedido de substituição por motivo de doença comprovada, o membro Carlos Ferreira, do PSD, que foi substituído pelo membro Dinis Gandarinho. Apresentou ainda pedido de justificação de ausência o membro Daniel Santiago, do PCP.-----

Todas as solicitações foram aceites pela Mesa, depois de informada a Assembleia.-----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado a presença de 24 dos 25 Membros que o compõem: Fernando Maria Duarte, Luís Leitão, Carlos Sarabando, Margarida São Marcos, Hugo Lacerda, Barbara Gabriel, Lurdes Faneca, António Flor

Agostinho, Dina Ribau, João Bernardo, Júlio Barreirinha, Sérgio Lopes, Dinis Gandarinho, João Oliveira, Kevin Tavares, Emanuel Costa, António Pinho, Irene Ribau Esteves, João Roque, Amantino Caçoilo, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha, e Luís Diamantino.-----

Período de intervenção do público, conforme os artigos 44º. e 45º. do Regimento:---
O Presidente da Mesa pergunta ao público presente se alguém quer intervir pelo que se inscrevem: Raquel Valentim e Horácio Melo.-----

Horácio Melo: Informa que no Largo do Castanheiro (junto ao Ciemar) em Ílhavo, se encontra um autocarro parado há longa data estando a causar problemas aos moradores, pelo que pede a intervenção da Câmara. Diz que se encontra em mau estado e a ser usado para práticas que chocam os moradores, que recorrem à GNR e por isso sofrem represálias, dos utilizadores. Em seguida, agradece a pronta resposta dos serviços da Câmara através da Senhora Vereadora com o pelouro a quem foi dado conhecimento da existência de ninhos de vespa asiática e a atuação foi rápida com a eliminação dos mesmos. Salaria ainda a sua opinião sobre a colocação da placa de indicação de localidade no sentido de Salgueiro/Ílhavo, pois considera estar deslocada, embora se encontre no sítio da anterior. -----

Raquel Valentim: Começa por agradecer à AMI o fato do público poder intervir no início e não no fim da reunião, o que não acontecia antes. Aquando da inauguração da mudança para as novas instalações do Posto de Saúde da Costa Nova, o Sr. Presidente da Câmara chamou a atenção do Secretário de Estado para o estado lamentável em que se encontram as instalações do Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré e pergunta se a Câmara tem mantido ou não um papel ativo, insistindo, para o início de obras que são urgentes. Termina perguntando se a Câmara vai intervir no estrangulamento da antiga Estrada 109, na curva de saída no sentido Ílhavo/aveiro, lado direito, para melhorar a circulação de transeuntes a pé. (o que normalmente acontece para acesso ao Supermercado Lidl, que se situa perto deste estrangulamento).-----

Presidente da Mesa, pergunta ao Presidente da Câmara se quer responder já, ao que o Presidente da Câmara responde que sim.-----

Presidente da Câmara, cumprimenta a Assembleia e começa por responder ao Município Horácio Melo. Informa que não tinha conhecimento da situação do autocarro e explica que a competência da fiscalização na via pública cabe inteiramente à GNR. Acresce que tendo a viatura matricula, facilita a atuação desta força militar. A Câmara Municipal vai atuar em função das suas competências. Sobre o caso da vespa asiática a Câmara tem atuado sempre que há conhecimento destes casos, com rapidez na medida do possível. Aproveita para em nome da Senhora Vereadora, agradecer as palavras que lhe dirigiu. No que respeita à placa indicativa vai mandar os serviços verificar a situação. Em resposta à D. Raquel; informa que o que disse sobre a conservação da unidade de saúde da Gafanha da Nazaré, foi que a Câmara se disponibilizaria para ser parceira com a ARS. Dando cumprimento à promessa, deslocou-se a seu pedido a Coimbra para ter reuniões com o Presidente da ARS, Dr. Tereso, com quem ficou acordado que as obras mais prioritárias nomeadamente o teto, iriam ter início brevemente. “Devo confessar a minha convicção que pelo menos esta questão do teto estava resolvida”. A Câmara mantém disponibilidade de parceria mas não pode intervir sem ser solicitada pelo proprietário. Diz que vai diligenciar de novo, junto da ARS. No que respeita ao passeio que referiu, não é fácil a intervenção no local por força da existência do talude, existente do outro lado da Estrada. A parte que está no Município de Ílhavo é de fato muito curta não fazendo sentido executar sem

um acordo com a Câmara de Aveiro. Já há entendimento e vamos retomar brevemente o assunto, sabendo de antemão, que não é fácil a intervenção. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Presidente da Mesa: Coloca a apreciação e votação as ata nºs 5 e 6 de 2016, correspondentes às Sessões de junho e setembro, tendo dispensado a sua leitura porque haviam sido enviadas para leitura prévia. Foram ambas aprovadas por unanimidade.-----

Presidente da Mesa informa que a mesa recebeu três documentos, que passará a ler: -----

1ª. Leitura: Votos de Pesar entregues pelo CDS/PP e pelo PSD, pelo falecimento de Dona Maria da Luz Rocha. Tratando-se de documentos muito idênticos, fica acordado que os proponentes vão fundir os votos num só, que se transcreve:-----

Voto de Pesar: A Gafanha da Nazaré foi surpreendida, no dia 4 de Outubro, pela triste notícia do falecimento de Dona Maria da Luz Rocha, uma mulher que passou por este mundo fazendo o bem sem olhar a quem. Referência à Gafanha da Nazaré por ser a sua terra natal, onde sempre viveu, marcando inúmeras pessoas e famílias pela sua bondade, sentido de responsabilidade, coerência cristã, espírito pedagógico das suas intervenções e amor aos feridos da vida, tendo sido um exemplo de cidadania.-----

Dona Luz Facica; como era conhecida entre nós e muito para além de Ílhavo, desde sempre, moldou a sua existência para estar, animar, ajudar, aconselhar e indicar caminhos de bem, de verdade de vida digna aos que com ela conviviam, ou dela se aproximassem, em momentos de fragilidade humanas e de pobreza extrema.-----

Dona Luz Facica foi esposa e mãe de quatro filhos, tendo enviuvado cedo, conseguiu ainda tempo e disponibilidade interior para se projetar para além do seu lar.-----

Foi sempre à luta com determinação e abraçou a vida com grande paixão. -----

Mais do que elencar a imensa obra social e comunitária da Dona Luz Facica, importa neste voto de pesar enaltecer a lição e o exemplo de vida que a sua postura perante a comunidade constitui para todos nós. -----

A fundação da Obra da Providência, que nasceu da vontade e árduo trabalho da Dona Luz, juntamente com a Dona Rosa Bela Vieira, nos longínquos anos cinquenta do século passado, em grande parte, face à problemática da existência de mulheres e raparigas vítimas de pedofilia, maus tratos, violência doméstica e outros abusos, decidiram disponibilizar uma casa para acolhimento das mesmas, dando à Instituição desde o seu início um carisma muito próprio.-----

Mas, é, ainda hoje, um marco incontornável de toda uma vida dedicada ao serviço da comunidade, nomeadamente dos mais desfavorecidos.-----

A Instituição, dirigida pelas suas fundadoras ao longo de mais de cinquenta anos, foi distinguida pela Câmara Municipal de Ílhavo em 2003, pela relevante ação social no nosso Município.-----

A humildade tão característica do espírito vicentino que marcou a vida da Dona Luz Facica, não pode ficar esquecida pela nossa comunidade. -----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal de Ílhavo, delibere: -----

1. Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento da Senhora Dona Maria da Luza Rocha; -----
 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo-lhe o teor deste “Voto de Pesar”; -----
 3. Enviar à Obra da Providência, para memória futura. -----
- Os grupos parlamentares do CDS/PP e do PSD, na Assembleia Municipal de Ílhavo.-----

Luís Leitão: Pede a palavra para lembrar que a Dona Lurdes Facica era uma pessoa que lhe foi muito querida, foi um exemplo de saber estar e de elevada dignidade na Gafanha da Nazaré e toda a região. Não poderia estar mais de acordo. -----

António Pinho: Lembra que é uma justa homenagem em futuras atribuições de topónimos na Gafanha da Nazaré, dar o seu nome a uma Rua, na Freguesia. -----

O Voto de Pesar foi subscrito pelos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda e aprovado por unanimidade, na primeira reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Ílhavo, realizada no dia 10 do mês de Novembro de 2016.-----

2ª. Leitura: Requerimento apresentado pelo representante do Bloco de Esquerda:-----

REQUERIMENTO: Assunto: Grau de precariedade laboral no contexto do Funcionalismo Público Autárquico – Município de Ílhavo Destinatário: Câmara Municipal de Ílhavo.-----

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo.

A precariedade laboral é um dos maiores flagelos sociais que o nosso país enfrenta. Quer no setor privado, quer na Administração Pública, o número de trabalhadoras e de trabalhadores sujeitos a vínculos laborais precários é alarmante, estimando-se que atinja, neste momento, cerca de um milhão e duzentas mil pessoas. No decurso da última década, sucessivos governos adotaram medidas de claro incentivo à precariedade, contribuindo simultaneamente para uma significativa degradação das condições de trabalho. Entre 2011 e 2015, a situação agravou-se exponencialmente: a par de uma política de destruição de postos de trabalho e de imposição de baixos salários, PSD e CDS/PP contribuíram, de forma decisiva, para aumentar a exploração sobre milhares de trabalhadoras e de trabalhadores, aos quais foram, de modo ilegítimo, retirados direitos e garantias constitucionalmente protegidos.-----

Um estudo da autoria do economista Eugénio Rosa, recentemente divulgado, estima que existam mais de 110 mil trabalhadores precários na Administração Pública. Neste contexto, importa sublinhar que os funcionários públicos foram severamente penalizados pelas medidas de austeridade impostas pelo governo anterior. Por via de cortes diretos e do congelamento de remunerações e de progressão na carreira, os funcionários públicos sofreram uma quebra salarial que ultrapassou os 18%.-----

No âmbito do atual quadro parlamentar, o governo, por acordo feito com o Bloco de Esquerda e restantes partidos, introduziu uma política de recuperação de rendimentos que permitiu a devolução dos cortes efetuados. Acompanhada pela justa reintrodução do horário de trabalho de 35 horas, trata-se, sem dúvida, de uma importante conquista. No entanto, cientes do longo caminho que será necessário percorrer para colocar termo à precariedade laboral, consideramos ser necessário implementar sérias medidas adicionais de combate a um fenómeno gerador de profundas desigualdades sociais. No nosso entendimento, caberá, portanto, à Administração Pública (Central, Regional e Local) dar o exemplo aos patrões privados e adotar práticas, designadamente em matéria de contratação, que garantam estabilidade laboral e promovam o trabalho com direitos.-----

Para que assim seja, julgamos ser prioritário começar por traçar o quadro real do grau de precariedade existente na Administração Local. Segundo a Direção Geral da Administração e Emprego Público do Ministério das Finanças, no final do primeiro semestre de 2016, 8.652 trabalhadores da Administração Local, ou seja, 7,9% do total, encontravam-se em situação precária, uma vez que detinham um contrato a prazo, eram tarefeiros ou dispunham de uma avença. Os dados em análise não permitem,

porém, determinar as circunstâncias específicas de cada um dos 308 Municípios portugueses.-----

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o deputado do Bloco de Esquerda vem, por este meio, dirigir à Câmara Municipal de Ílhavo, as seguintes questões, cujas respostas agradece antecipadamente:---

1. No quadro do Funcionalismo Público Autárquico do Município de Ílhavo, existem trabalhadoras e/ou trabalhadores sujeitos a vínculos laborais precários?-----
 2. Em caso afirmativo, qual o número exato de funcionários que se encontra em tal circunstância?-----
 3. Em caso afirmativo, o recurso a trabalho precário é intermediado por empresas de trabalho temporário?-----
 4. Em caso afirmativo, encontram-se ao serviço do Município de Ílhavo, trabalhadores colocados através dos Contratos de Emprego Inserção? Quantos são?
 5. Em caso afirmativo, a Câmara Municipal de Ílhavo pretende tomar medidas no sentido de inverter esta situação?-----
- Ílhavo, 10 de novembro de 2016. O representante do Bloco de Esquerda,-----

João Bernardo: Diz ao Presidente da Mesa que estes requerimentos devem ser enviados diretamente à Câmara, pois perde-se muito tempo com uma leitura que não tem resposta na AMI. Deveria ser enviado à Mesa para posterior envio à Câmara.-----

O Presidente da mesa diz compreender mas lembra mais uma vez, que antes da leitura não pode adivinhar o conteúdo, já tendo chamado anteriormente a atenção para estes casos que considera poderiam ser enviados diretamente à Câmara. Aliás é, o que a mesa da AMI vai naturalmente fazer.-----

Kevin Tavares: Lembra um requerimento entregue numa reunião da AMI, este também enviado à Câmara e ao qual o BE ainda não obteve resposta.-----

Luís Leitão: Sobre o pedido de renúncia do mandato nesta AMI do membro do PSD Eduardo Conde que acabou de ler no Facebook, não pretendendo ingerir-se no que se passa no PSD ou fazer juízos de valor, afirma que também tomou decisões parecidas, em outras áreas. Sabe ser difícil, pois as estruturas partidárias são muito rígidas e é difícil aceitar as diferenças. Os diferentes sentem-se naturalmente cuspidos da estrutura, e, ou são absorvidos ou naturalmente saem pela sua mão em função dos seus valores. Não poderia ser indiferente a um companheiro de luta nos momentos dos movimentos associativos e religiosos quando mais jovens. Foi um autarca reconhecido enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação. “Ao Eduardo, diz que não sendo um amigo lá de casa é um amigo de muitos anos e também um companheiro e quer deixar aqui com menos componente política e mais humana, o meu respeito pelo seu percurso e dizer sem ironias nenhuma que a AMI ficou muito mais pobre”.-----

Hugo Lacerda: Referindo o PDM, começa por mencionar ter sido publicada no dia 29 de Abril de 2014, a 1ª. Revisão do PDM de Ílhavo, não obstante mais duas correções que ocorreram já este ano. Nesta publicação foi aprovada e definiu-se uma zona de solo urbanizável desde o sul da Gafanha do Carmo até à Gafanha da Encarnação numa faixa (observando a planta de ordenamento) que tem uma largura considerável. O executivo comprometeu-se a criar uma nova zona urbana virada à Ria na Freguesia da Gafanha da Encarnação para classificar este solo em faixa urbanizável conforme prevê o PDM no artigo 80º número 2. A construção nestes terrenos ficou condicionada à prévia aprovação de um Plano de Pormenor. Os proprietários dos terrenos,

naturalmente, exigem, passados 2 anos e sete meses respostas do executivo. O grupo parlamentar do PS pergunta do que está o executivo à espera para tornar eficaz o Plano de Pormenor.-----

Sérgio Lopes: Referindo o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água e a política de apoio social ao pagamento do serviço às famílias com carências económicas, pergunta quantos consumidores ilhavenses beneficiam desta tarifa social.-----

João Bernardo: Inauguradas as obras do novo cais da Gafanha de Aquém, deveriam ter sido já removidas as paliçadas que dão tão mau aspeto a uma tão boa obra. Diz também que o Cais dos pescadores da Costa Nova, sofre de grande degradação e está a necessitar de intervenção urgente. Afirma ainda que, as casas de guarda de apetrechos, estão hoje a ser usadas para fins diversos do seu uso regulamentar.-----

Flor Agostinho: Foi publicado recentemente um estudo realizado pela Universidade do Minho, em que tomámos conhecimento de que a nossa Câmara é a 2ª do Distrito de Aveiro e a 55ª. das 308 do país, com a melhor página de Internet. É agradável ver boas notícias sobre o nosso Município.-----

António Pinho: Pergunta o porquê desta Sessão ter as reuniões convocadas para quinta-feira e não à sexta como é habitual. Referindo o pedido de demissão do membro desta Assembleia do PSD Eduardo Conde, respeita a decisão, deseja as maiores felicidades e opina dizendo de que a AMI ficou de facto mais pobre. Pergunta se o Presidente da Câmara tem alguma informação sobre a venda do navio Santa Maria Manuela.-----

Presidente da Mesa: Explica que a convocatória foi feita para quintas e não sextas, porque no dia 11 sexta, havia sido desde algum tempo marcada a apresentação do novo projeto cultural do Município. No dia 18 há no CCI o espetáculo de beneficência a favor do CASCI, onde muitos de nós queremos estar. E no dia 25 estava prevista uma deslocação do Presidente da Câmara aos EUA, numa organização de angariação de fundos a favor dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo. Esta é a justificação, dando de seguida a palavra ao Presidente da Câmara.-----

1ª: Intervenção do Presidente da Câmara para resposta aos Membros:-----

Responde a Hugo Lacerda dizendo que o PDM contempla 13 Planos: O PDM é para ser executado ao longo do tempo e em função das necessidades. O 1º. pedido para a zona que referiu tem cerca de um mês de entrada na CMI e nunca antes a CMI sentiu que havia necessidade de avançar objectivamente com o Plano para o local que referiu. Cada Plano de Pormenor é rígido difícil de alterar e não achamos que haja conveniência em executá-los, sem que se justifique mesmo. A Sérgio e á pergunta sobre o apoio social na tarifa da água, informa que a CMI este ano investiu mais de 30 mil euros só até Setembro. Em 2015 recebemos 227 candidaturas com 212 deferimentos. Este ano até Setembro chegaram 185 candidaturas e foram deferidas 177. Ao membro João Bernardo, responde que é ao Ministério do Ambiente que compete atuar nas paliçadas da Gafanha de Aquém, contudo e no âmbito de uma necessária recuperação do talude lado sul da ponte, a CMI vai remover as ditas paliçadas. Quanto ao Cais dos Pescadores da Costa Nova de que falou e não das muitas obras que a Câmara aí realizou, dizer-lhe que não é possível fazer tudo em simultâneo. Depois de anunciadas as obras realizadas, vamos em frente e continuar a trabalhar. A Flor Agostinho, diz-lhe que não trabalhamos com o objectivo de ganhar campeonatos mas sim trabalhamos para melhorar a vida das pessoas, ficamos satisfeitos naturalmente pela boa notícia da Câmara ficar bem qualificada. No que respeita ao navio Santa Maria Manuela o que diz saber é pelos jornais, informa contudo, que não há nenhum acordo desrespeitado entre a empresa proprietária e a Câmara.-----

Presidente da Mesa: Informa que se esgotou o tempo regulamentar para o PAOD. Nessa sequência o PS apresentou uma proposta para o seu prolongamento, por mais 30 minutos nos termos regulamentares.-----

Presidente da Mesa: Coloca a votação a proposta sendo a mesma rejeitada com 8 votos a favor 1 abstenção e 15 votos conta.-----

Luís Leitão: Declaração de Voto: Porque todos nós temos um Eduardo Conde dentro de nós, às vezes dá-nos vontade de ir embora. Mas não é por isso que aqui estamos. Quero declarar o meu maior repúdio, sobre a prepotência, de quem vota contra, aquilo que é um direito regimental numa discussão que está em caminho. Como a Câmara foi recentemente premiada por ser tecnologicamente muito ativa e moderna, poderíamos fazer estas Assembleias virtualmente, enviar os votos em função das nossas convicções, porque o resultado é sempre o mesmo.-----

PRESIDENTE DA MESA: Em nome da mesa repudia o repúdio do PS. O Regimento não diz que a Assembleia tem direito a 30 minutos, diz "...que se a Assembleia assim o entender..." curiosamente só o PS votou favoravelmente a proposta que apresentou.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Presidente da Mesa: Coloca em análise o **Ponto 1-** Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 16/09/16 a 25/10/2016, para o que dá a palavra ao Presidente da Câmara, para introdução: -----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:-----
Coloca-se desde já à disposição para responder às questões apresentadas pelos membros desta Assembleia.-----

1ª. Intervenção dos membros:-----
Sérgio Lopes: Retoma a pergunta feita anteriormente sobre quantas pessoas foram apoiadas no âmbito da Tarifa Social, dado não estar certo que a resposta do Sr. Presidente da Câmara se relacione com esse apoio previsto no Regulamento, referindo que aquele apoio não está publicitado convenientemente, que se encontra desajustado à realidade actual, dado que a sua vigência data de 1998 e não está de acordo com as recomendações da ERSAR. Pergunta ainda se o município vai aderir à Tarifa Social a criar pelo Governo em 2017. -----
Refere o abandono do Parque Desportivo da Costa Nova, pela falta de manutenção daquele equipamento por parte da Câmara. Descreve as diversas insuficiências daquele equipamento, como um dos exemplos da incompetência e do imobilismo da Câmara.----

João Oliveira: Dá os Parabéns à Câmara Municipal dizendo que os Parques Infantis são exemplo do que devem ser. Diz também que não há bela sem senão e refere que está em situação muito diferente e perigosa o Parque Infantil da Vista Alegre. Pergunta para quando a sua beneficiação. -----

Hugo Lacerda: Pergunta ao Sr. Presidente se tem ou não conhecimento do abaixo assinado dos proprietários dos terrenos de que falou. Pergunta igualmente quantos Planos de Pormenor do PDM estão começados e não concluídos. Afirma também que o executivo prometeu e criou expectativas aos proprietários desses terrenos mencionados. -----

João Bernardo: Não se trata de não haver matérias novas sobre a Costa Nova. O que acontece é que não se vêm resultados e não gostamos de ver as coisas completamente degradadas para depois se fazer obra que preencha mais os olhos. Assim, não se poupa o dinheiro que é de todos os Municípios. -----

Irene Ribau: Enaltece a aposta do município na defesa do meio ambiente, nomeadamente com as 20 bandeiras verdes atribuídas, dizendo que este Município é o que tem mais eco escolas a nível nacional. O desafio da CM em colaboração com a Universidade de Aveiro para o uso da bicicleta é uma mais-valia e desafia todos os municípios para o uso da bicicleta em prol da defesa do meio ambiente. Diz também que a Cidade da Gafanha da Nazaré detém o record nacional de uso da bicicleta em deslocações locais, o que é de enaltecer e desafia todos a promover o seu uso, o que faz naturalmente. Dentro duma área que domina comenta que quando se procede às matrículas de crianças que vêm de fora do Município, um dos motivos que são logo invocados è a resposta diversificada da Câmara a diversas atividades, dentro do serviço educativo.-----

Barbara Gabriel: Realça a requalificação da Rua Dr. Samuel Maia, a valorização ambiental e segurança dos municípios. O corredor ciclável entre a Bresford e o Porto de Aveiro vêm reforçar e muito bem o uso da bicicleta.-----

Flor Agostinho: Ílhavo Terra Milenar a exposição patente no CCI, é uma mostra do bom que se faz na Câmara. E ao longo deste 3 anos que agora comemoramos a tomada de posse, podemos ver o que de muito e bom se tem feito, não só mas também nesta área.-----

Emanuel Costa: Salienta o festival do bacalhau, Marolas, a Travessia da Ria a nado e o Programa Vocação, todos estes eventos dedicados às camadas mais jovens e que tem aderido de forma muito presente. Referir ainda a assinatura dos Contratos programa de desenvolvimento desportivo para a época 2016/2017, salientando que foi despendida uma verba muito significativa.-----

António Pinho: Destaca a intensificação das parcerias no âmbito do Museu Marítimo a nível internacional, que no tempo em que vivemos são fundamentais. O corredor ciclável que foi citado é de facto uma obra importante, nomeadamente para turistas que usam muito a bicicleta. Muitas vezes tinham grande dificuldade em chegar às Praias vindos de Aveiro, este corredor é uma grande ajuda. Enaltece também os contratos programa feitos com as Associações Desportivas. É importante apoiar Associações que gerem e conseguem manter nas suas atividades centenas de jovens que aí passam os seus tempos livres.-----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Considera ter dado todas as respostas às perguntas efetuadas na nota informativa apresentada aos Senhores membros da Assembleia. -----

2ª. Intervenção dos membros:-----
Sérgio Lopes: Felicita o GDG pela sua participação no jogo da taça de Portugal contra o F.C. Porto. Responde ao Presidente da Câmara dizendo que o que é importante é agir quando as coisas se estão a deteriorar e não deixar que as mesmas não tenham recuperação, porque se gasta muito mais e é o que vai acontecer no Parque Desportivo da Costa Nova. Diz também continuar sem resposta a pergunta sobre a questão social da tarifa da água e reporta o Regulamento de 1998 que não respeita as recomendações da ERSAR-----

Hugo Lacerda: A Câmara prometeu em sessão pública na freguesia da Gafanha da Encarnação em 2013, que os terrenos teriam construção e o Sr. Presidente desvia-se da pergunta que lhe fiz.

Não foi só uma pessoa que requereu construção, o Sr. Presidente está mal informado. Há que cumprir as promessas.-----

Presidente da Mesa: Dado que o Presidente da Câmara não pretende prestar mais nenhum esclarecimento, anuncia de imediato o **Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para vigorar no ano de 2017**, para cuja explicação dá a palavra ao Presidente da Câmara.-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:-----
Informa que vai fazer uma apresentação não só do Ponto 2, mas também do 3 e do 4, integrando a estrutura de receita da CM. O Plano e Orçamento são feitos levando em consideração a Nova Lei das Finanças Locais, com o cumprimento da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso. É uma estrutura integrada e anual. É definida a receita, considerada a transferência do Estado do Fundo de Equilíbrio Financeiro para a Câmara 13,3%, + 2,3 do Fundo Social Municipal, num total de 15,6%. É um valor muito baixo somamos a transferência do IRS, que também é transferido pelo Estado embora receita Municipal, 6, 2%. Valor global de 21,8%, fica em falta quase 80%, para complementar a receita. Os investimentos nas Câmaras Municipais são muito suportados pelos Fundos Comunitários, como sabem. Neste nosso orçamento perspectivamos 18% do FEDER, Resíduos Sólidos 5%, Derrama 7%, Imposto Único 3,3%, Derrama 2,8%, IMT 4,2% e o IMI 27,5%. O IMI, Derrama e IRS, são valores importantes para o Orçamento Municipal. Existe uma sustentabilidade e equilíbrio das contas, num valor sustentado. A CM investiu 7 milhões de euros em águas pluviais, no âmbito das obras realizadas pela Adra, como sabem as águas pluviais não são apoiadas pelos Fundos Comunitários. A proposta do IMI vai no sentido de uma redução e/ou isenção, como podem ver. O enquadramento da proposta da Derrama e do IRS é o que acabei de explicar. A Lei estabelece limites para o pagamento de IMI para quem rendimentos mais limitados.-----

1ª: inscrição dos membros:-----
Flor Agostinho: Este assunto é anual e todos sabem que a Câmara precisa de receita para poder criar qualidade de vida aos seus munícipes. Cada vez mais os Governos tentam reduzir as transferências para a Administração Local e as Câmaras terão mais necessidade de cobrar impostos e o IMI é cada vez mais fundamental. Todos conhecemos a realidade do Município os constrangimentos e a necessidade da cobrança de impostos para fazer face aos compromissos. A redução que contém a proposta de IMI , não vai afetar grandemente o desenvolvimento futuro.--

António Pinho: O enquadramento da Lei geral do IMI é uma geringonça fiscal. O IMI é o pagamento de uma renda de um bem que nos pertence. Para o contribuinte é quem paga, se é o Governo ou a Câmara que a taxa, acaba por não ser relevante para os proprietários.-----

Kevin Tavares: O Bloco de Esquerda considera que havia espaço para ser mais ambiciosa a proposta de redução. Seria suposto beneficiar as famílias e não quem tem casas mais valiosas e não será assim. O IMI nos últimos anos tem sido uma boa fonte de receita.-----

Luís Leitão: Nos últimos anos as propostas de redução do IMI feitas pelo PS foram criticadas. De repente surge uma proposta de redução! Afirma-se baralhado. Fala-se de uma redução significativa? A redução de 0,4 para 0,375 é de 6,25, um pequeno contributo, 6% é melhor que nada! Exemplifica: “A redução significativa faz com que eu, entidade gestora que sou a Câmara, proponha inscrever no meu orçamento uma redução de cobrança fiscal de apenas 1,3, diria mesmo que mais não é que engenharia financeira”. A cobrança vai ser maior e a Câmara tem uma margem que vai ser suportada pela cobrança adicional do IMI. Objectivamente ficou na mesma; A média do Município face às taxas cobradas nos últimos anos era de 0,45 praticava-

se 0,4, agora o limite é 0.4 pratica-se 0.375, não se alterou coisa nenhuma, os números são claros.-----

Hugo Lacerda: A proposta tem no seu conteúdo exemplos que retratam o seu agravamento. A alteração da Lei no IMI familiar faz eliminar um modelo que era cego e o Sr. Presidente disse que discordava dele. O IMI para os contribuintes de Ílhavo é um legado do PSD de 15 anos. A palavra obra, sobrepõe-se a tudo e é com estas cobranças que a Câmara se propõe fazer a obra. Congratulo a redução mas gostaria de ver justificação real para não irem ao encontro das propostas do PS, que sim são as que vão ao encontro dos munícipes.-----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara

O país não tem riqueza interna e por isso as receitas resultam dos impostos, não há milagres. As contas do Leitão e do Hugo não estão corretas, os valores colocados no Plano e Orçamento são a média dos últimos dois anos e não em perspectiva. Somando as reduções propostas pelo PS, falamos em menos 3 milhões de receitas. Entretanto o mesmo PS, vem criticar tudo o que ainda não está feito, porque já devia estar e pergunta, então em que ficamos? Não é possível fazer tudo ao mesmo tempo. É preciso equilíbrio de sustentabilidade. O que se recebe da transferência do OE mal chega para pagar os salários.-----

Presidente da Mesa: Informa que chegou o limite da hora 00.30 minutos do dia seguinte ao do seu início, para o fim dos trabalhos e dá por encerrada a primeira reunião desta Sessão.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi e vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia _____

O 1º Secretário _____

**ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE NA REUNIÃO REALIZADA NO
DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2017**